



Marechal Henrique Teixeira Lott ao lado de Ulysses Guimarães durante discurso em São Paulo

Jornal do Brasil - 14 de março de 1964

Militares contrários ao golpe de 64 foram alvo de repressão

Mais de 6.500 foram perseguidos e torturados, segundo Comissão da Verdade

60 ANOS DO GOLPE

Mathias Tupina

SÃO PAULO Apesar de o golpe de 1964 ter sido realizado pela caserna com apoio de boa parcela da sociedade civil, nem todos os integrantes das Forças Armadas foram favoráveis à tomada do poder político. Segundo relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), 6.591 militares, de generais a sargentos, foram punidos, torturados e perseguidos durante o regime autoritário por se posicionarem a favor da democracia e contra a deposição de João Goulart (PTB). Ou por discordarem das atitudes da ditadura.

Ideologicamente heterogêneos, os fardados contra a implantação do regime autoritário não eram necessariamente de esquerda. Alguns eram apenas legalistas, ou seja, defensores da Constituição de 1946 e do regime de moerção existente.

"Os militares foram perseguidos de várias formas: mediante expulsão ou reforma, sendo seus integrantes instigados a solicitar passagem para a reserva ou aposentadoria; sendo processados, presos arbitrariamente e torturados; quando inocentes, não sendo reintegrados às suas corporações; se reintegrados, sofrendo discriminação no prosseguimento de suas carreiras. Por fim, alguns foram mortos", descreve o relatório da CNV.

Nos dias que antecederam o golpe contra Goulart, havia diferenças de opinião entre os militares — enquanto um grupo, majoritário, queria sua queda e acreditava na possibilidade, outras fações viam a ruptura com ceticismo, e outros ainda apoiavam as reformas de base do então mandatário. Havia ainda os legalistas, que entendiam como a atitude que oferecia as chances de completar



O brigadeiro Rui Moreira Lima

go, o presidente anistiou os marinheiros, e o almirante Mota deixou o governo, aumentando as tensões com a cúpula militar.

Dias depois, Jango foi a uma reunião no Automóvel Clube do Rio de Janeiro por ocasião dos 40 anos da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar. Fez discursos inflamando e pediu que os praças e suboficiais se unissem cada vez mais, em um movimento visto como quebra da hierarquia.

No dia seguinte, o golpe foi desencadeado pelo general Olympio Mourão Filho, com a movimentação de tropas de Jato de Força rumo ao Rio. Consumado o golpe, uma das primeiras atitudes do grupo que assumiu o poder foi prender e expurgar os fardados que resistiram ao novo status quo. Muitos deles foram enviados ao nação-prisão Raul Soares, atirado em Santos, no litoral de SP.

A embarcação, além de ter abrigado os considerados "subversivos", serviu para humilhar e torturar aqueles contrários ao regime no início da ditadura. Ela foi desativada em novembro de 1964, quando uma parte dos presos foi enviada a outros locais, e a outra porção foi colocada em liberdade.

Quatro anos depois, o Ato Institucional nº 5 (Ato Institucional nº 5), assinado pelo presidente Costa e Silva, deu mais instrumentos para a intensificação da repressão, inclusive dos militares discordantes do governo.

Há vários exemplos de fardados de alta patente que se refugiaram por conta de seu posicionamento em defesa do regime democrático.

Um deles é o marechal Henrique Teixeira Lott, que havia sido candidato à Presidência em 1960, derrotado por Jânio Quadros (UDN). Mesmo em 1964, foi alvo de uma tentativa de impedir a posse de Jango no Palácio do Planalto e chegou a ser preso.

Após o golpe, Lott foi impedido de lançar candidatura ao Governo do Rio de Janeiro e, quando morreu, em 1984, foi enterrado sem honras militares. O poder civil se reapropriou da caserna.

ral de cinco estrelas.

Outro que sofreu as consequências de se opor à deposição de Jango foi o brigadeiro Rui Moreira Lima. Herói da Segunda Guerra Mundial, ele fez um voo rasante sobre as tropas de Mourão Filho e pediu ao então presidente uma ordem para "bombardar as posições". Goulart não autorizou.

Após a consumação do regime militar, Moreira Lima foi preso três vezes, sequestrado e aposentado compulsoriamente, além de ter a família perseguida e ser proibido de voar por 17 anos.

Oficiais e praças ainda foram impedidos de atuar em seus postos nos órgãos de segurança e não podiam ter trabalho remunerado na iniciativa pública ou privada, com suas esposas recebendo pensões — os chamados "mortos-vivos", já que eram tratados como se tivessem falecido.

Para o professor de teoria política da Unesp (Universidade Estadual Paulista) Paulo Ribeiro da Cunha, os militares, considerando os pertencentes às Forças Armadas e às polícias, foram a categoria social comparativamente mais atingida pela repressão.

Ele ressalta ainda a falta de aprofundamento no assunto. "Mesmo a CNV estudou pouco esse tema. Há outros casos, como os cerca de mil militares presos e perseguidos nos anos 1950 por atuar em defesa da campanha Petrônio É Nossos! e da proteção à Amazônia".

O pesquisador aponta o período de 1945 e 1964 como de grande discussão política, inclusive com os militares, relembrando a existência de candidaturas militares tanto nacionalmente quanto em escala local.

Rememorando a frase "O Exército dormiu angustiado no dia 3 e acordou revolucionário no dia 4", dita pelo general Cordeiro de Farias (1921-1971), Cunha afirma que Jango tinha à disposição uma realidade relevante de pessoal e instrumentos para uma resistência, mas não a quis, o que levou a uma desmobilização em cadeia.

"Havia militares associados ao projeto de nação em discussão: nacionalismo, democracia, a visão de país inserido em um contexto internacional. Existiam também legalistas em defesa da Constituição, não afilhados pela figura de Goulart, mas em defesa da democracia".

Sobre os militares torturados, Cunha diz que muitos grupos eram contrários à prática. Não foram ouvidos, porém, durante o período autoritário, a relação de camaradagem foi rompida pela ideia do anticomunismo reproduzida pelo grupo que comandava o governo. "Vários oficiais foram barbaramente torturados, como coronel Silvestre [PM de São Paulo], Jefferson Cardim [Exército], brigadeiro Rui Moreira Lima, marechal Lott, desrespeitando normas castrenses".

As anistias entre os fardados foram "socialmente limitadas e ideologicamente mortíferas", lembra o professor. Segundo ele, enquanto militares vistos como de esquerda eram punidos, expulsos e não voltavam às Forças, os militares considerados de direita reprimidos eram reintegrados.

O assunto já foi tema de documentários, como "Militares da Democracia: os Militares que Disseram Não", dirigido por Silvio Tendler e disponível gratuitamente no YouTube.

O diretor resulta a ausência de uma justiça de transição no país, o que dificulta a compreensão da relação que houve com os principais focos de resistência entre os militares e que fim essas vítimas do regime tiveram.

"O Brasil não julgou ninguém, deu o espelho na página virada, o que prejudica o entendimento de que a memória serve para não repetir o passado", diz Tendler.

Tarcísio muda nome de assentamento de Che Guevara para Irmã Dulce

SÃO PAULO O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) mudou o nome de um assentamento de reforma agrária com integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Mirante do Paranapanema (SP). O antigo projeto de assentamento Che Guevara agora passa a levar o nome de Irmã Dulce.

O assentamento é o primeiro na região do Pontal do Paranapanema, no oeste do estado, cuja origem foi uma ocupação datada de 1991.

O Itesp (Fundação Instituto de Terras), vinculado ao governo, publicou portaria nesta terça-feira (26) em que anuncia a troca do nome do revolucionário argentino (que atuou em Cuba) pelo da santa brasileira.

"Considerando ser de notório conhecimento que a Sra. Maria Rita Sousa Brito Lopes Pontes, conhecida como Irmã Dulce, foi uma mulher que dedicou sua vida a obras de caridade, trabalhos sociais e assistência aos mais necessitados, sendo assim uma figura que tanto contribuiu com o país e foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz", afirma a portaria do diretor-executivo do Itesp, Lucas Bressanin.

Essa mudança é possível porque o assentamento é estadual, sendo o Itesp o órgão responsável pelas questões fundiárias.

O MST entretanto nota em que classifica a decisão como "autoritária e antidemocrática". Segundo o movimento, famílias dos sem-terra têm identificação com o legado de Che Guevara, que foi um dos líderes da revolução cubana.

O comunicado traz declarações de um assentado do local chamado Felinto Frocônio, que afirma que todos foram surpreendidos pela mudança e que as famílias não foram consultadas.

Eleito com apoio do setor agropecuario, o governo Tarcísio tem atuado para enfraquecer movimentos sociais como o MST, com política inflexível na adotação no governo de Jair Bolsonaro (PL).

O governo Tarcísio estabeleceu a meta de entregar títulos de propriedade a todas as famílias que moram nos 140 assentamentos estaduais até o fim de 2026.

O modelo enfrenta oposição de movimentos sem-terra e partidos de esquerda, que veem esvaziamento do processo de reforma agrária.

Já os defensores da prática argumentam que ela retira os assentados da órbita de movimentos do campo e confere liberdade para que produzam de acordo com regras de mercado.

Em outro aceno ao agro, o governo também acelerou o programa que dá desconto de até 90% na entrega de terras a fazendeiros.

A legislação beneficia aqueles que estão em terras ocupadas de maneira irregular, o que inclui áreas jogadas de volutas (áreas públicas que nunca receberam uma destinação específica por parte do poder público e jamais foram propriedade particular).

Tarcísio enviou à Assembleia Legislativa de São Paulo um projeto de lei que estende de janeiro de 2024 para o fim de 2026 o prazo para que os fazendeiros possam aderir a acordos para a compra de terras com descontos.

O objetivo é que mais gente seja beneficiada pela lei. A legislação é questionada pelo PT no STF (Supremo Tribunal Federal), sob o argumento de que repassa a preços módicos terras que deveriam ser usadas na reforma agrária.